

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL,
SAÚDE E COMUNICAÇÃO HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA
MESTRADO ACADÊMICO / LINHA DE PESQUISA: PSICANÁLISE E CULTURA

JULIANA MARTINS COSTA RANCICH

**ESCUTAR A CONTRAPELO: CLÍNICA PÚBLICA DE PSICANÁLISE EM UM
COLETIVO DE MULHERES NA PERIFERIA**

Porto Alegre

2024

JULIANA MARTINS COSTA RANCICH

**ESCUTAR A CONTRAPELO: CLÍNICA PÚBLICA DE PSICANÁLISE EM UM
COLETIVO DE MULHERES NA PERIFERIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
para obtenção do título de Mestre em Psicanálise.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Perrone

Linha de pesquisa: Psicanálise e Cultura

Porto Alegre

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
LUME – Repositório Digital
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catálogo na Publicação

Rancich, Juliana Martins Costa
Escutar a contrapelo: clínica pública de
psicanálise em um Coletivo de mulheres na periferia /
Juliana Martins Costa Rancich. -- 2024.
105 f.
Orientador: Cláudia Maria Perrone.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço
Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de
Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Psicanálise. 2. Clínica pública. 3. Mulheres. 4.
Coletivo. 5. Racismo. I. Perrone, Cláudia Maria,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nome: Rancich, Juliana Martins Costa

Título: Escutar a contrapelo: clínica pública de psicanálise em um coletivo de mulheres na periferia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Psicanálise.

Aprovada em: __/__/____.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Andréa Máris Campos Guerra
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dr.^a Isildinha Baptista Nogueira
Psicanalista - Docente do Instituto Sedes Sapientiae

Prof.^a Dr.^a Sandra Djambolakdjian Torossian
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Dra. Cláudia Maria Perrone, pela presença leal e constante em todo o percurso do Mestrado, incentivando novas ideias e compartilhando referências teóricas atuais que ampliaram meus horizontes formativos de maneira definitiva.

Agradeço à UFRGS, para onde retornar vinte anos após concluir a graduação em Psicologia teve um significado importante, uma segunda volta nessa espiral interminável da formação de um analista.

Também ao Coletivo Preta Velha, especialmente Tia Adélia e todas as mulheres escutadas, com quem muito aprendi e fui acolhida, sem as quais esta pesquisa não existiria. Tia Adélia, a liderança do Coletivo, nos deixou há poucos dias da defesa desta dissertação e, assim, o trabalho carrega uma dimensão de testemunho e de legado.

Aos colegas do grupo de pesquisa Litorais: Flávia, Gabriela, Eduardo, Augusto e Caroline, pela troca diária de conhecimentos e afetos ao longo desses dois anos. Suas presenças ativas na pesquisa, tanto na escuta compartilhada no campo, quanto na análise dos resultados, fizeram com que a dissertação, embora escrita por mim, seja resultado de uma produção coletiva.

Agradeço às professoras e psicanalistas Andréa Guerra, Isildinha Baptista Nogueira e Sandra Torossian pela disponibilidade de contribuírem teoricamente de maneira fundamental com a pesquisa nas diversas ocasiões de transmissão em que pudemos estar juntas discutindo o trabalho, e também na avaliação na banca examinadora.

Agradeço o afeto sem fronteiras e a força que me deram minhas grandes amigas que a UFRGS me deu na graduação e desde lá há mais de vinte anos estamos juntas: Jo, Lúcia, Aninha, Luca, Clau, Iana e Carmela, que foram grandes apostadoras de sonhos comigo. À Lísia Refosco, companheira para percorrer trajetos culturais e psicanalíticos sempre com curiosidade e parceria.

Também agradeço àqueles que fizeram parte do percurso formativo como psicanalista até aqui em diferentes tempos: Cleuza Bueno, Glaucia Braga, Norton Dal Follo da Rosa Jr., Janete Dócolas, em especial a Lúcia Serrano Pereira e tantos outros membros da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA).

Aos meus colegas psicólogos e assistentes sociais, parceiros de lutas cotidianas no SUAS e no SUS no município de Alvorada, de onde partiram as angústias que me levaram ao Mestrado, com carinho especial pela Gláucia, que me deu suporte para que eu pudesse me afastar para investir na pesquisa.

Agradeço com todo o meu amor à minha família, Guto e nossas filhas Helena e Laura que me acompanharam nos aprendizados compartilhados, trazendo leveza para os meus dias.

Aos meus pais, Catarina e Domingos, por me incentivarem a seguir meus sonhos desde sempre, e à minha irmã Manu, que abriu o caminho para a academia, inspirando-me.

RESUMO

Esta pesquisa-intervenção tem como objetivo investigar a construção de uma escuta e de uma clínica psicanalítica pública, aberta, em um Coletivo de mulheres na periferia de Porto Alegre. O trabalho se desenvolveu a partir da oferta de uma escuta psicanalítica a contrapelo, ou seja, orientada pela intenção em ouvir vozes que não são escutadas na cultura, a dos oprimidos, para articulá-las desde um uma escuta clínico-política. Para tal, iniciou-se uma investigação sobre o Coletivo de mulheres como uma fábrica de sonhos, problematizando os significantes sonho e despertar, como operadores de uma política de vida em oposição à necropolítica no território. Um segundo eixo de discussão investiga como foi se dando o desenvolvimento de uma clínica pública de psicanálise dentro de um Coletivo de mulheres que é uma ocupação na periferia, problematizando os impasses no poder e seus desdobramentos. Em um terceiro momento foi feita uma discussão sobre feminismo e interseccionalidade, raça, gênero, classe e território na construção onipolítica do Coletivo, bem como a implicação dessas categorias interseccionais para o sofrimento clínico-político. Através da escuta semanal de mulheres, pelo período de nove meses, de forma individual e também em grupo aberto, a pesquisa-intervenção ocorreu a partir da metodologia psicanalítica, ancorada na escuta flutuante e na livre associação, em articulação com proposição de trabalhar a partir de fragmentos narrativos. Cada fragmento carrega a marca de uma subjetividade, articulada com outras, o que permite um trabalho de direção clínico-política. Os resultados da pesquisa indicam que é pertinente o desenvolvimento de clínicas públicas que se atenham aos processos de subjetivação e formação do laço social brasileiro, considerando a formação do país, atravessada de maneira estrutural pela colonização. A escuta em grupo mostrou-se a metodologia mais indicada para a intervenção, pois o tratamento do sofrimento sociopolítico ultrapassa o campo individual, envolve o corpo e é uma experiência compartilhada, na qual a partilha do sofrimento se refere a uma experiência corporal subjetiva e, também, comum.

Palavras-chave: Psicanálise. Clínica pública. Mulheres. Coletivo. Racismo.

ABSTRACT

This intervention research aims to investigate the construction of listening and an open, public psychoanalytic clinic in a women's collective on the outskirts of Porto Alegre. The work developed from the offer of a psychoanalytic listening against the grain, that is, guided by the intention to listen to voices that are not heard in the culture, that of the oppressed, to articulate them from a clinical-political listening. To this end, an investigation began into the Women's Collective as a dream factory, problematizing the signifiers of dream and awakening, as operators of a life policy in opposition to necropolitics in the territory. A second axis of discussion investigates how the development of a public psychoanalysis clinic occurred within a women's collective that is an occupation on the outskirts, problematizing the impasses in power and their consequences. In a third moment, there was a discussion about feminism and intersectionality, race, gender, class and territory in the oniropolitical construction of the Collective, as well as the implication of these intersectional categories for clinical-political suffering. Through weekly listening to women, for a period of seven months, individually and also in an open group, the intervention research took place based on psychoanalytic methodology, anchored in floating listening and free association, in conjunction with the proposition of working with narrative fragments. Each fragment carries the mark of a subjectivity, articulated with others, which allows a clinical-political direction work. The research results indicate that it is pertinent to develop public clinics that focus on the processes of subjectivation and formation of the Brazilian social bond, considering the formation of the country, structurally crossed by colonization. Group listening proved to be the most suitable methodology for intervention, as the treatment of sociopolitical suffering goes beyond the individual field, involves the body and is a shared experience, in which the sharing of suffering refers to a subjective and common bodily experience.

Palavras-chave: Psychoanalysis. Public clinic. Women. Collective. Racism.

RESUMEN

Esta investigación-intervención tiene como objetivo investigar la construcción de una escucha y una clínica psicoanalítica pública y abierta en un colectivo de mujeres en la periferia de Porto Alegre. El trabajo se desarrolló a partir del ofrecimiento de una escucha psicoanalítica a contracorriente, es decir, guiada por la intención de escuchar voces que no son escuchadas en la cultura, la de los oprimidos, para articularlas desde una escucha clínico-política. Para ello, se inició una investigación sobre el Colectivo de Mujeres como fábrica de sueños, problematizando los significantes del sueño y del despertar, como operadoras de una política de vida en oposición a la necropolítica en el territorio. Un segundo eje de discusión investiga cómo se produjo el desarrollo de una clínica pública de psicoanálisis dentro de un colectivo de mujeres que es una ocupación en la periferia, problematizando los impases en el poder y sus consecuencias. En un tercer momento, se discutió sobre feminismo e interseccionalidad, raza, género, clase y territorio en la construcción onipolítica del Colectivo, así como la implicación de estas categorías interseccionales para el sufrimiento clínico-político. A través de escuchas semanales a mujeres, durante un período de siete meses, de forma individual y también en grupo abierto, se desarrolló la investigación de intervención basada en la metodología psicoanalítica, anclada en la escucha flotante y la asociación libre, en conjunto con la propuesta de trabajar a partir de fragmentos narrativos. Cada fragmento lleva la marca de una subjetividad, articulada con otras, que permite un trabajo de dirección clínico-política. Los resultados de la investigación indican que es pertinente desarrollar clínicas públicas que aborden los procesos de subjetivación y formación del vínculo social brasileño, considerando la formación del país, estructuralmente atravesado por la colonización. La escucha grupal demostró ser la metodología de intervención más adecuada, ya que el tratamiento del sufrimiento sociopolítico va más allá del campo individual, involucra el cuerpo y es una experiencia compartida, en la que compartir el sufrimiento se refiere a una experiencia corporal subjetiva y también común.

Palabras-clave: Psicoanálisis. Clínica pública. Mujeres. Colectivo. Racismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVO GERAL.....	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2 O COLETIVO DE MULHERES PRETA VELHA	Erro! Indicador não definido.
3 METODOLOGIA: A ESCUTA DOS FRAGMENTOS NARRATIVOS	17
4 O COLETIVO É UMA FÁBRICA DE SONHOS	Erro! Indicador não definido.
4.1 OS SONHOS E SUA FUNÇÃO PARA O DESPERTAR..	Erro! Indicador não definido.
4.2 FRAGMENTO: SONHO - GALINHA BRANCA	Erro! Indicador não definido.
4.3 FRAGMENTO: SONHO - MORTE DA FILHA DA AMIGA	Erro! Indicador não definido.
4.4 FRAGMENTO: SONHO - NÃO CONSIGO ACHAR ATALHO	Erro! Indicador não definido.
4.5 FRAGMENTO: É PRA VER SE ELA ACORDA!	Erro! Indicador não definido.
5 ESCUTAR A CONTRAPELO: UMA CLÍNICA PÚBLICA DE PSICANÁLISE NA PERIFERIA	Erro! Indicador não definido.
5.1 FRAGMENTO: AQUI É TERRA SEM LEI	Erro! Indicador não definido.
5.2 FRAGMENTO: QUEM ESTÁ SÓ DE PASSAGEM?.....	Erro! Indicador não definido.
5.3 FRAGMENTO: TINHA DIAS QUE EU NÃO QUERIA ACORDAR	Erro! Indicador não definido.
5.4 POLÍTICAS DO COMUM	Erro! Indicador não definido.
5.5 REORGANIZAÇÃO DO PODER A PARTIR DO LUGAR DE AGÊNCIA SUBJETIVA E POLÍTICA: IMPASSES NA ESTRUTURA DE PODER NO COLETIVO	Erro! Indicador não definido.
6 FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADE: RAÇA, GÊNERO, CLASSE E TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO ONIROPOLÍTICA DO COLETIVO	Erro! Indicador não definido.
6.1 FRAGMENTO: TRABALHO EM CASA DE FAMÍLIA..	Erro! Indicador não definido.
6.2 FRAGMENTO: SOBRE O CABELO	Erro! Indicador não definido.
6.3 FRAGMENTO: COISA DE BRANCO? A HISTÓRIA DE UMA BAILARINA NEGRA ANÔNIMA	Erro! Indicador não definido.

6.4 FRAGMENTO : RACISMO RELIGIOSO E EVASÃO ESCOLAR **Erro! Indicador não definido.**

6.5 FRAGMENTO: MEDO DA FALTA DE FUTURO **Erro! Indicador não definido.**

6.6 FRAGMENTO: NÃO SOMOS PARTE DO BRASIL **Erro! Indicador não definido.**

6.7 DO MEDO À RAIVA: DESLIZAMENTO AFETIVO NA CONSTRUÇÃO DE UM COMUM COMO RESPOSTA AO RACISMO..... **Erro! Indicador não definido.**

7 COMO TRATAR O RACISMO? **Erro! Indicador não definido.**

7.1 FRAGMENTO: OCUPAÇÃO DO LUGAR..... **Erro! Indicador não definido.**

7.2 FRAGMENTO: DO QUE REPELE A UMA RE-PELE **Erro! Indicador não definido.**

7.3 FRAGMENTO: COISA DE NEGRO **Erro! Indicador não definido.**

7.4 FRAGMENTO: TRANÇAR A TRANSFERÊNCIA **Erro! Indicador não definido.**

7.5 FRAGMENTO: FANTASMA DA ESCRAVIDÃO..... **Erro! Indicador não definido.**

7.6 FRAGMENTO: O BAILE DAS BRANCAS NA CIDADE ONDE ERAM TODOS IGUAIS..... **Erro! Indicador não definido.**

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CURA PELA FALA AINDA É REVOLUCIONÁRIA21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS24

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL (TCI) - (MODELO)30

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - (MODELO)33

1 INTRODUÇÃO

A psicanálise nos toca, sobretudo, na interrogação pelo desejo. Deste ponto de partida é que situo esta pesquisa, realizada na linha de pesquisa Psicanálise e Cultura, do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura, e no Litorais - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicanálise e Cultura. Ao longo dos anos de prática profissional, trabalhando como psicóloga e psicanalista com políticas públicas de Assistência Social e escutando a dimensão sociopolítica do sofrimento, sempre fui acompanhada pela pergunta: o que mesmo é possível fazer, além das intervenções institucionais de que já dispomos? É um desafio transpor o afastamento que percebi entre esses territórios, o da academia e o da intervenção. Tanto por um não raro isolamento da academia, com pouca articulação com a sociedade, quanto certo fechamento dos profissionais que estão atuando no campo da intervenção, em uma automatização do fazer, trabalhar e atuar, sem questionamentos críticos, pesquisas e aberturas no pensar sobre sua práxis. A partir da busca por outras possibilidades de intervenção, frente à insuficiência da oferta de políticas públicas de Estado para dar conta (ainda que isso sempre se dê de maneira parcial) do sofrimento daqueles a quem escutava, a partir deste ponto da falta se deu o desejo pelo mestrado e pela pesquisa-intervenção.

A condição de escuta de um psicanalista está alicerçada em uma condição ética. Lacan (1959-1960/2008), no Seminário 7, trabalha a proposição de que ética em psicanálise comporta uma discussão sobre o desejo do analista, e o define por um negativo, o que o desejo do analista não pode ser: “ele não pode desejar o impossível” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 352). Importante tal advertência sobre o enlace entre ética e desejo também no campo da pesquisa, no qual, assim como no campo da clínica, operamos na dimensão inesgotável do inconsciente e na dimensão estrutural da falta. Lacan (1959-1960/2008) aponta o desejo como mistério jamais inteiramente resolvido, ou seja, tomar essa dimensão do desejo como desejo de desejo, uma não totalidade, sem síntese final, também no horizonte da pesquisa, afinal, a direção da pesquisa psicanalítica é pelo não saber. O enigma em psicanálise se coloca na falha do saber, para que os resultados da pesquisa possam operar como interpretação, abertura de sentido, e não fechamento, uma vez que a pesquisa psicanalítica é sobre o significante, na busca da equivocidade e não da generalização.

Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, conhecido como discurso de Roma, Lacan (1953) inicia discutindo sobre formação e transmissão em psicanálise. Ele questiona se as formas iniciáticas organizadas por Freud para transmitir a psicanálise, que foram importantes para a sobrevivência da psicanálise, não poderiam ter levado a um formalismo

enganador e ao risco de uma prudência dócil na qual a autenticidade da pesquisa poderia se embotar. É uma interpelação. Que estejamos advertidos de que regras e técnicas, se virarem receitas, apagam a experiência e é nela que encontramos o maior conhecimento. Já estava na letra lacaniana que o vigor da psicanálise está na experiência e, nesse sentido, há um convite a trabalhar na pesquisa a partir desse campo. Se a arte do psicanalista é suspender certezas do sujeito (Lacan, 1953) me parece ser também uma direção na pesquisa: que ela não se proponha a produzir certezas, mas que o pesquisar esteja submetido à lógica do inconsciente, porque é esse saber que interessa.

Como propõem Moreira, Oliveira e Costa (2018), o pesquisador psicanalista deve se posicionar como um analisante, movido pelo não saber, e nesse sentido será possível produzir efeitos em si e no próprio ato de pesquisar e, assim, abrir espaço para o novo. As autoras (2018) apontam ainda que para além de uma metodologia, a marca da pesquisa em psicanálise é sua dimensão ética. Concordo com essa proposição, pois a ética psicanalítica é a recusa do exercício de um poder, de um saber. É nessa posição de recusa do analista-pesquisador, que se diferencia de uma posição de neutralidade, que há a possibilidade de produção de outras narrativas sobre o que se investiga.

Além da marcação dessa posição ética, que considera que não há pretensão da pesquisa em produzir um saber total sobre os fenômenos que serão investigados, me parece fundamental também explicitar o que quero dizer com uma não neutralidade enquanto psicanalista na experiência como pesquisadora. Tal questão se refere ao reconhecimento de uma posição política, uma vez que a psicanálise na qual aposto é a psicanálise implicada com as condições de transformação, tanto subjetivas quanto coletivas. Psicanálise engajada com questões sociais, que se interroga pelo sofrimento causado por opressões e pelos sistemas de dominação, que reconhece que o sujeito é atravessado por diversos marcadores, como raça, gênero e classe, que têm efeitos no seu lugar no laço social e, conseqüentemente, em suas possibilidades e impossibilidades de viver e em como viver.

Embora tenha iniciado minha trajetória profissional na UFRGS, no curso de graduação em Psicologia, estar em uma universidade pública no início dos anos 2000 não me garantiu uma formação politicamente implicada. A disciplina de Políticas Públicas era uma disciplina eletiva, por exemplo. Nas disciplinas de clínica, em nenhum momento vimos a temática do racismo ou da misoginia. Vivi um currículo voltado para a clínica privada, uma psicologia e uma psicanálise ainda muito encharcadas de conservadorismo e dogmas da neutralidade e tendências que hoje eu entendo como busca por purificação da psicanálise, que não podia se contaminar e perder sua essência.

Minha formação enquanto psicanalista iniciou em uma instituição psicanalítica, com um modelo que se pode dizer mais tradicional, embora também uma instituição independente, não filiada à IPA, com possibilidades de aberturas. Atendi alguns anos na clínica institucional, que, embora com alguma flexibilidade na cobrança dos valores, ainda estava muito distante de uma efetiva democratização da psicanálise, pois para que isso aconteça precisamos questionar algumas bases conceituais e políticas, caso contrário estaremos em uma clínica institucional com um funcionamento de sobreposição de consultórios que operam na lógica privada.

Durante uma experiência de dois anos na diretoria desta clínica, acompanhando mais de perto um projeto de intervenções psicanalíticas, gratuitas, com Coletivos e instituições, minhas inquietações se ampliaram, quanto às possibilidades e o desejo de analista pela intervenção pública. Considero que minha formação segue, e o retorno para a universidade, através do mestrado, uma possibilidade de um giro nessa posição política, investindo em uma pesquisa abertamente posicionada, que não se limita a uma psicanálise militante, mas interessada em articular a clínica com as questões sociopolíticas.

O contexto da pandemia de Covid-19, por ter acirrado o sofrimento psíquico de maneira coletiva, movimentou meu desejo pelo mestrado, como possibilidade de um campo de intervenção. Conheci a pesquisa multicêntrica sobre os sonhos na pandemia, vinculada ao NUPPEC/UFRGS Eixo-3, a qual trabalhava o tema dos sonhos como modelo de ação e de desejo, e, por esse caminho, parecia ter algo a ser construído com a minha interrogação sobre novas possibilidades de intervenção frente à dimensão sociopolítica do sofrimento, que não se restringissem à oferta de políticas públicas oficiais. A escolha do campo de pesquisa se deu posteriormente, a partir de minha participação em um projeto de extensão que se iniciava em um Coletivo de mulheres na periferia de Porto Alegre.

A direção da pesquisa foi norteada pela proposta de escuta das mulheres que participam desse Coletivo, localizado na periferia da zona sul de Porto Alegre. Inicialmente, havia uma intenção em trabalhar com os sonhos das mulheres, tanto as narrativas oníricas quanto os sonhos enquanto desejo de vida, como dispositivo de transformação do sofrimento sociopolítico. No entanto, como propõem Moreira *et al.* (2018), o saber em psicanálise não parte de um *a priori*, e sim se constrói em um *a posteriori* da prática. E conforme a experiência de pesquisa foi avançando, o tema foi deslizando. As mulheres diziam que sequer tinham tempo para sonhar. Foi se constituindo uma pesquisa a partir do que foi se dando com oferta da escuta psicanalítica. O que surgiu foi a experiência de uma clínica periférica de psicanálise e o desafio de escutar a contrapelo.

Quando foi iniciada a pesquisa, vinha sendo realizada uma ação de extensão no Coletivo, denominada “Escuta-*flânerie* em um coletivo de mulheres da periferia”, vinculada ao projeto de pesquisa “A oniropolítica em construção em tempos de pandemia”. Tal ação foi proposta a partir da demanda das mulheres por escuta, ao procurarem o grupo de pesquisa para uma parceria. O objetivo da ação de extensão era trabalhar com a saúde mental das mulheres que circulam pelo Coletivo, acompanhando novas posições de enunciação e redistribuição do público e do comum. A possibilidade da pesquisa neste mesmo campo ampliava as possibilidades de intervenção, contribuindo com a promoção da saúde mental das mulheres, além de reafirmar o compromisso da universidade pública com as populações que usualmente não têm acesso a espaços de escuta, por ser esse também um dos privilégios de raça e classe.

Enquanto mulher, pesquisadora branca, de classe média, cabe situar de onde me diz respeito a escolha pela pesquisa-intervenção em um Coletivo de mulheres negras na periferia. hooks (2021) problematiza o lugar que os brancos podem ocupar na luta antirracista, e o que acontece quando pessoas brancas se transformam. A autora lança um questionamento a esses que desejam aliança, que é questionar onde o seu comprometimento com a justiça racial se construiu. Meu trabalho como psicóloga, psicanalista, na assistência social ao longo de dez anos trabalhando em comunidades periféricas, sendo diariamente tocada na escuta pela dor de viver em uma sociedade supremacista branca, sociedade racista, permitiu o deslocamento necessário para que eu pudesse, como diz hooks, atravessar as fronteiras da raça e construir laços e decidir ser antirracista.

Como também ensina hooks (2019b), é preciso uma postura de crítica e de vigilância constante com relação ao trabalho, que questione suas bases estéticas e políticas. Concordo com a posição da autora de que é preciso estar advertida de que alguns pontos serão inacessíveis a mim enquanto pesquisadora branca, pois não possuo a experiência da negritude, definida por Andrade (2023), tanto como a experiência de ser um corpo racializado como inferior quanto a experiência de construir uma resistência à identidade colonial, mas possuo a experiência da branquitude, e por isso devo me perguntar como faço parte da construção racista também como psicanalista. Conforme Martins (2019), a vigilância com relação a pensamentos e atitudes coloniais não seria apenas uma postura superegoica, mas o reconhecimento do aforisma lacaniano que “o inconsciente é a política” (Lacan, 1966-1967, inédito), ou seja, não há inconsciente neutro e, sim, sempre marcado, assujeitado pela cultura.

O trabalho se dá nessa dobra ética, entre o reconhecimento do lugar que não me pertence, e o reconhecimento de que este é um problema no qual estou implicada, e por isso a escolha por uma pesquisa-intervenção com desejo de desdobramento antirracista, uma vez que

a experiência produzida por essas mulheres pode e deve transformar o conhecimento com a produção de novos saberes, não colonizadores. hooks (2021) legitima como fundamental a participação de brancos na luta antirracista, dizendo que não devemos criar barreiras que o próprio racismo impõe, nem evitar tensões que os encontros inter-raciais podem provocar, estando a pesquisa também aberta a trabalhar com essas tensões.

Por fim, mais um argumento para sustentar a posição ético-política e pessoal na pesquisa, se refere ao reconhecimento das diferenças que atravessam a mim e ao campo, como possibilidades de ação, ao arranhar o sistema racista, patriarcal e capitalista, que divide a vida entre brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres. Lorde (2021) refere que é uma arrogância acadêmica realizar uma discussão sobre teoria feminista sem examinar as diferenças nas experiências das mulheres. Mulheres são educadas no sistema patriarcal para ignorarem diferenças, ou para as perceberem como desunião.

Mas Lorde (2021) aponta que reconhecer as diferenças entre mulheres negras e brancas é uma força brutal, com potencial de mudança. Não se trata de tolerar diferenças, mas de reconhecer a função criativa da diferença. Só assim é possível uma conexão e uma interdependência entre mulheres, o que é temido pelo patriarcado. Nesse sistema de opressão, o único poder disponível para as mulheres é a maternidade, mas o reconhecimento da diferença como força e possibilidade de agregar, fazer comunidade, é um golpe no patriarcado. Lorde (2021) pontua que se a ferramenta do opressor é manter o oprimido ocupado com as responsabilidades do senhor, se mulheres negras ficam responsabilizadas por combater o racismo sozinhas, teríamos apenas uma repetição da lógica do pensamento patriarcal racista. Por isso, Lorde (2021) afirma que as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande. Dessa maneira, é uma tomada de posição enquanto quem escuta, por me responsabilizar e investigar nas próprias estruturas inconscientes e formativas, como dismantellar posições de saber-poder que são colonizadoras, também na clínica.

Nesse sentido, essa pesquisa-intervenção vai no sentido de forjar outras ferramentas, criadas nesse trabalho conjunto, que não recusa as diferenças discursivas e de realidades entre meu lugar de pesquisadora branca, cis, de classe média, e o Coletivo de mulheres predominantemente negras da periferia, mas se vale delas para provocar mudanças efetivas no que se refere às possibilidades de transformação de vidas a partir de uma escuta clínico-política. Como problematiza Dunker (2021), tratar o racismo é reconhecer a diferença no seu grau mais elevado, enquanto diferença simbólica que não precisa de nenhum imaginário de raça, gênero, ou classe para recobri-la.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa-intervenção é investigar a construção de uma escuta e de uma clínica psicanalítica pública, periférica e territorializada, que opere na contracorrente das políticas de morte, que opere “a contrapelo” (Benjamin, 1940/2012, p. 245), carregando a versão dos vencidos. Operar a contrapelo significa trabalhar no sentido contrário do fluxo contínuo da história e da escuta que geralmente é feita dos sujeitos da história, que privilegia a perspectiva narrativa dos dominadores, dos vencedores. Assim, o objetivo de escutar a contrapelo é ouvir vozes que não são escutadas na cultura, a dos oprimidos, para articulá-las desde uma escuta clínico-política.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Investigar a dimensão sociopolítica do sofrimento das mulheres integrantes do Coletivo através da escuta, a partir da criação de uma clínica pública, periférica e territorializada de psicanálise;
- b) analisar de que maneira a criação do Coletivo, ao buscar um comum feminista, é um ato de sonhar a contrapelo, operando como onipolítica no enfrentamento ao racismo e demais opressões interseccionais que configuram a precariedade da vida no território do Coletivo.

3 METODOLOGIA: A ESCUTA DOS FRAGMENTOS NARRATIVOS

A metodologia psicanalítica tem como fundamento a escuta do inconsciente, através da livre associação daquele que fala, mediante a escuta através da atenção flutuante do analista (Freud, 1912/1996). Concordo com Elia (2023) de que não existe método clínico e método de pesquisa. Só existe um método psicanalítico, que estrutura o discurso, rege a práxis e a produção de saber. Como aponta Elia (2023) na psicanálise, como uma nova formulação metodológica, a teoria é produzida a partir da práxis, o que é uma imposição do inconsciente, sendo o psicanalista um operador da experiência, embora não dirija o sujeito.

Considerando que método clínico e método de pesquisa coincidem, foi utilizada nesta pesquisa-intervenção a metodologia psicanalítica. No entanto, trata-se de um contexto de intervenção diferente da clínica particular, privada, de consultório, o que exige que a técnica acompanhe essa configuração. Assim, o formato da intervenção se deu a partir do que foi acontecendo no campo, incluindo as mulheres escutadas na construção da experiência clínica, como explicitado a seguir.

Como decisão de pesquisa optou-se por não trabalhar com as instituições ou serviços públicos do território e sim escutar as mulheres participantes do Coletivo, sobretudo com a aposta na construção de uma contranarrativa. Essa decisão acompanhou um posicionamento do Coletivo, que tem como fundamento a aposta em articulações e parcerias não estatais, uma vez que elas não esperam nada das políticas públicas. Como disse uma das fundadoras: “queremos continuar sendo instrumento da comunidade e não instrumento de governo; queremos formar lideranças e representações”. A contranarrativa se dá na possibilidade de produzir cuidado, atendimento e recursos para a comunidade através de uma proposta alternativa, que não segue a lógica das políticas públicas de Estado.

A metodologia psicanalítica foi articulada com a proposta metodológica desenvolvida por Walter Benjamin, que dá lugar aos fragmentos, produzindo através desses uma espécie de constelação. Apoio-me no caminho metodológico benjaminiano, no qual se trata de um trabalho por seguir a dispersão, ou seja, as histórias fragmentadas das mulheres e do Coletivo, sem a pretensão de fazer uma história única. Cada fragmento carrega a marca de uma subjetividade, articulada com outras, o que permite um trabalho de direção clínico-política. Fazer uma construção que dê lugar aos fragmentos da escuta, para quem sabe se poder vislumbrar uma constelação, imagem proposta por Benjamin (2018), onde temos um sentido provisório e que depende de cada fragmento para existir. Cito Benjamin: “não é o passado que lança luz sobre o presente, ou o presente que lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido

encontra o agora num lampejo, formando uma constelação” (2018, p. 767). Enquanto o passado e o presente para Benjamin (2018) têm uma relação contínua, temporal, o ocorrido e o agora tem uma relação dialética, através de uma imagem que salta e opera um despertar.

A proposta não era criar um encadeado de casos clínicos das mulheres escutadas, e sim escutar suas histórias em suas fragmentações, encontrando pontos em que essas se tocam. A articulação dialética entre o ocorrido e o agora (poderíamos dizer entre a pequena história do sujeito, e a grande história, da sociedade), permite uma análise a respeito do sofrimento sociopolítico e também saídas coletivas para sofrimentos que são subjetivos e do laço social, vivenciados de maneira particular e coletivamente, implicando a trama inconsciente que singulariza cada sujeito. Trabalhar os fragmentos narrativos é ouvir a voz das mulheres, em um esforço de não objetificação dos sujeitos escutados.

Tomando o inconsciente como objeto e também operador da pesquisa, além da escuta dos fragmentos narrativos, faz parte do aporte metodológico as notas clínicas dos fragmentos, procedimento que compõe o método psicanalítico. Esse registro aconteceu a partir da memória da pesquisadora, *a posteriori*, como acontece na prática clínica convencional. A discussão e análise a partir das notas se deu através dos aportes teóricos da psicanálise e sua articulação com saberes afins, principalmente a teoria feminista. Assim foram três tempos metodológicos: escuta, notas clínicas e análise interpretativa dos fragmentos narrativos. Algumas imagens também compõem os fragmentos. São fotos tiradas no Coletivo ou outras imagens que durante a pesquisa encontrei e não estão colocadas apenas como ilustração, mas têm a intenção de compor a discussão.

A aproximação com o campo inicialmente se deu através de minha participação no projeto de extensão, e neste sentido foi possível identificar questões que poderiam ser problemas de pesquisa que mereciam investigação. O pedido de escuta endereçado ao núcleo de pesquisa vinculado à UFRGS, na ocasião do projeto de extensão, foi indicativo de que havia abertura para a aproximação da universidade, que havia demanda por parte de representantes do Coletivo pela presença da Psicologia, e o desejo em pesquisar acompanhou tal pedido de escuta. Outros cursos da universidade também estavam em aproximação e desenvolvendo projetos, como a Arquitetura e o Serviço Social.

Desta maneira, inicialmente foi realizada uma reunião com as responsáveis pelo Coletivo Preta Velha, apresentando a proposta do estudo e seus objetivos, bem como possíveis riscos e convidando o Coletivo a participar, salientando que tal proposta de pesquisa seria submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade. Foram oferecidas informações sobre a pesquisa, de modo que pudessem escolher livremente participar ou não do estudo, sem

quaisquer prejuízos ou relação com sua participação no projeto de extensão. Mediante o aceite, foi assinado o Termo de Concordância da Instituição (TCI¹). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS em fevereiro de 2023 sob o parecer número 5.882.843 e aprovado pela banca de qualificação em 31 de março de 2023.

Comecei escutando a história da comunidade, a história do Coletivo, quem são as mulheres protagonistas dessa história e de que maneira cada uma foi chegando ali. A escuta de uma das fundadoras do Coletivo, quem sonhou aquele projeto, também foi fundante do nosso espaço de escuta. Transmissão da história de uma comunidade, contada na perspectiva de uma moradora ali há mais de 60 anos. Esse se mostrou um ponto essencial para o trabalho de uma clínica aberta e periférica, que é conhecer efetivamente a comunidade. O início do trabalho, tanto da extensão quanto da pesquisa, demorou um pouco a efetivamente engrenar, pois era um tempo inicial de organização das lideranças, de criação de atividades no Coletivo e havia pouco movimento no dia a dia.

Além disso, quando iniciamos a extensão em março de 2022, era um período de muitos conflitos entre facções no território, o que limitava a circulação das pessoas na comunidade e pelo risco, impedia nossa presença. Efetivamente começamos a poder estar no Coletivo em julho de 2022.

Considerando que o Coletivo é um espaço aberto à participação da comunidade sem formas administrativas necessárias de pertencimento institucional, faz-se característico de seu funcionamento a circulação de pessoas, sem agendamentos ou horários estabelecidos, o que não favorece a ocasião de um momento único predeterminado para a apresentação da pesquisa e identificação das participantes. Em consonância com essa dinâmica, foi proposto neste estudo a apresentação do mesmo às mulheres que se fizerem presentes no local nos dias em que a pesquisadora lá se encontrava, buscando acompanhar o funcionamento e a proposta de trabalho do local como um espaço aberto para a circulação das mulheres. Assim, a apresentação da pesquisa e a identificação de participantes aconteceu de forma continuada conforme cronograma de pesquisa, já que não se pretendia desenvolver necessariamente um acompanhamento sistemático. Com relação às participantes, a fim de garantir que pudessem livremente optar pela participação ou não, antes de iniciar qualquer escuta ou observação, na presença de uma possível participante do estudo, de forma individual e/ou coletiva, foi feita uma apresentação do tema e do objetivo do estudo em questão, convidando a participar e apresentando o Termo de Consentimento com todas as informações importantes, conforme

¹ Em anexo.

Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE²). Ao todo, 18 mulheres participaram da pesquisa-intervenção. Suas identidades estão preservadas, tendo sido utilizados nomes fictícios na análise dos fragmentos narrativos.

² Em anexo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CURA PELA FALA AINDA É REVOLUCIONÁRIA

“Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você” (Lorde, 2021, p. 52). Audre Lorde proferiu essas palavras em uma apresentação em 1977, que tinha como título do trabalho “A transformação do silêncio em linguagem e ação”. É uma declaração direta que ressoou de maneira muito forte para mim. Imediatamente pensei que o que ela convoca, a rompermos com o silêncio para provocar transformações, traduz o espírito desse trabalho. Por muitos anos de minha vida e de minha prática como psicanalista eu também silencieei sobre várias questões que hoje considero essenciais de serem ditas, questionadas, provocadas, que tem a ver com os modos de dominação que organizam o mundo e nos fazem adoecer coletivamente.

Quando cheguei ao Coletivo encontrei mulheres que tinham voz e por isso fundaram o Coletivo. Mas outras que foram chegando para escuta eram mulheres que estavam silenciadas. “Não sei, não vi”, “cega, surda e muda”, foram algumas frases que escutei delas quando perguntava como estavam as coisas na vida e na comunidade. Havia medo de falar, uma questão de sobrevivência. A maioria das vezes que alguém vinha perguntar como estavam as coisas era a polícia, buscando que entregassem traficantes, buscando pistas e denúncias. “Se eu falar, amanhã a minha cabeça amanhece espetada num pau”, “se eu falar, acordo com a boca cheia de formiga”. Ao oferecer uma escuta clínico-política, criamos um espaço no qual falar, protege. Um espaço compartilhado, no qual era possível dizer o que viesse à cabeça, com sigilo. Como psicanalistas sabemos que o que calamos nos adocece. E uma das facetas da violência é a política do silenciamento. Nesse sentido, a dimensão política dessa intervenção é desfazer essa política do silenciamento, que é umas das facetas da violência e da necropolítica.

A experiência de escuta no Coletivo, montando uma constelação a partir dos fragmentos narrativos articulados entre si, permite enxergar que sem abordarmos as formas de alienação subjetivas e coletivas, não há perspectiva crítica ou de mudança. Descolonizar a escuta, ao fazer a escuta dos vencidos, sem ouvido de vencedor, é dar lugar para a criação de uma história que marca outros lugares para essas mulheres no discurso e no laço social, para além de lugares marcados por relações de poder que subalternizam.

A psicanálise enquanto discurso também foi colonizada e isso marcou sua alienação com relação a uma série de temáticas, por exemplo em relação ao racismo, aos povos originários e questões ambientais. Psicanálise neutra não existe, afirma Gabarron-Garcia (2023), e o viés político é “consustancial a ela, inclusive- e talvez sobretudo- quando a psicanálise pretende evitá-lo e fracassa como psicanalismo” (2023, p. 22). Dessa maneira, resgatar o fazer político

da psicanálise é um ato contracolonial. Ainda conforme Gabarron-Garcia (2023), a grande contribuição da psicanálise, a cura pela fala, permanece, assim como seu alcance revolucionário.

Conforme Guerra (2022), a psicanálise nasceu como método de mudança e para tal opera tanto com o corpo coletivo, via discurso, e com o corpo individual, via inconsciente. Segue vigente como ferramenta de transformação, pois desmascara o universal e põe em xeque o desejo, revela o gozo do mestre colonizador e denuncia como os semblantes são usados como modos de fazer funcionar o poder. Como afirma a autora, o lócus do psicanalista já ultrapassou o consultório da classe média, se estende pela cidade e faz clínico-política.

Ao ter a liberdade para escutar a partir do método da psicanálise, no território, sem as prerrogativas de intervenção das políticas públicas, percebi que é renovador poder fazer psicanálise gratuita para população, mas ao mesmo tempo se mantém a importância das políticas públicas, pois não se trata de substituir os serviços públicos já consolidados e de responsabilidade do Estado.

A demanda de intervenção que é do SUAS e do SUS segue vigente, mas o desafio é criar clínicas públicas de psicanálise e oferecer algo que não existe em termos de saúde pública (de massa) no Brasil. Hoje o que se tem são clínicas privadas populares, com consultas pontuais a preços acessíveis, geralmente no âmbito da psicologia, ou equipamentos como ESMA, CAPS, cais mental, que compõem o SUS, não dão conta de tudo e em geral não preveem psicanálise. Criar dispositivos públicos de psicanálise é um desafio e quem sabe esses dispositivos possam em algum momento fazer parte das políticas públicas. No entanto, preservar propostas de clínicas públicas, de borda, não tuteladas pelo Estado, tem um papel importante na autonomia sempre necessária para reinvenções deste ofício sempre inacabado.

Essa experiência de escuta permitiu chegar a resultados que ajudam a avançar na construção de uma clínica psicanalítica mais conectada que o que se passa na vida dos brasileiros, no entanto, não se trata de produção de argumentos acabados. Ainda temos muito a escutar nas periferias brasileiras.

Como já afirmava Freud (1915/1996), a teoria está sempre subordinada à experiência, e é preciso ter abertura na construção do conhecimento, sabendo que os resultados que alcançamos não podem se tornar rígidas definições. Lacan (1998/1966), aponta que o cientificismo em Freud não foi contingente, mas essencial, sendo essa uma marca que foi legada. Também discute a questão do sujeito na ciência e o toma a partir da divisão constitutiva entre saber e verdade, sublinhando que por nossa posição de sujeitos, sempre somos responsáveis.

Essa lição discute qual seria o objeto da psicanálise e resgata a via freudiana, de que o inconsciente é a linguagem. Nesse sentido, “nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro” (p. 882). Por fim, Lacan (1998/1966) aponta que a verdade é sempre não toda e isso marca a minha posição como psicanalista nesta pesquisa-intervenção, de que ela não se esgota e não pretende chegar a verdades absolutas, pois deixaria de ser psicanálise caso assim se posicionasse.

Os fragmentos narrativos foram trabalhados na intenção de fazer furo em uma história única do Coletivo e das mulheres escutadas, dando lugar às diversas subjetividades e, ao mesmo tempo, aproximando o que esses inconscientes têm em comum, pois partilham as estruturas sociopolíticas que causam sofrimento psíquico.

Como afirma Adichie (2019), a consequência de uma história única é que ela rouba a dignidade das pessoas e torna difícil o reconhecimento de nossa humanidade em comum. A escuta a contrapelo se deu nesse esforço de desmontar uma história única sobre os padecimentos psíquicos que aprendemos nas clássicas disciplinas de psicanálise, marcadas pela branquitude enquanto ideologia que também afeta a prática clínica.

Não foi fácil fazer a escolha dos fragmentos narrativos que aqui foram discutidos. Por ter sido um longo período de trabalho e uma quantidade de material abundante, parece que há uma perda nessa passagem da experiência clínica para uma dissertação sobre a experiência, pois ela não cabe nestas páginas. Certamente o melhor registro não é o escrito, mas as marcas que o trabalho possa ter deixado e as aberturas proporcionadas. Gherovici (2023) afirmou que a partir da sua experiência, a psicanálise não só é possível, mas é muito necessária no gueto hispânico. Digo o mesmo: a psicanálise é possível e necessária na periferia.

Para encerrar ficam as falas delas sobre a oportunidade de terem tido suas vozes escutadas:

“Eu não tinha palavras, eu só chorava. Agora estou conseguindo falar.”

“Eu já vi a dona Rita³ com facção, agora ela está até chorando e pedindo ajuda, coisa que nunca vi ela fazer em décadas.”

“Agora falo o que antes ficava engasgado na garganta.”

³ Uma das participantes do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, C.N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, S.L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES LIMA, R. Clínicas públicas nos primórdios da psicanálise: uma introdução. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 12, 2019, p. 292-314, 2019. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292> . Acesso em: 22 jan. 2024.
- ANDRADE, E. *Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*. São Paulo: n-1 Edições, 2023.
- AMBRA, P. *Diagnósticas sociais da branquitude*. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8620>. Acesso em: 6 dez 2023.
- BENJAMIN, W. *SUEÑOS*. Madrid: Abada Editores, 2011.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERADT, C. *Sonhos no terceiro reich*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- BICUDO, V. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.
- BROIDE, E.; AB’SABER, T. Clínicas públicas de psicanálise. *Revista Lacuna*, São Paulo, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2017/04/28/n3-02/#more-1846>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.
- COLLINS, P.H. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- CRENSHAW, K. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. 1989. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 6 dez 2023.

CUTI, L.S. Quem tem medo da palavra negro. In: KON, N.M.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 197-212.

DANTO, E. A. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DIANGELO, R.; BENTO, C.; AMPARO, T. O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. In: *Branquitude - diálogos sobre racismo e antirracismo*. São Paulo: Fósforo, 2023.

DIDI-HUBERMAN, G. *A sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUNKER, C.; GURSKI, R.; PERRONE, C.; ROSA, M. O sonho e o despertar em Freud e Benjamin: a oniropolítica em construção. In: *O sonho e o despertar em Freud e Benjamin: a oniropolítica em construção [evento]*, São Paulo, IPUSP, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U008WG_XHrI. Acesso em: 6 dez. 2023.

DUNKER, C. A psicanálise nos espaços públicos. 2019. In: BROIDE, E.; KATZ, I. *Psicanálise nos espaços públicos*. São Paulo: IP/USP. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Psicanalise_espacos_publicos.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

DUNKER, C. Sofrimento e racismo sob a perspectiva da psicanálise. In: COSTA, J.F. *et al. Relações raciais na escuta psicanalítica*. São Paulo: Zagodoni, 2021.

DUNKER, C. *Lacan e a democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

ELIA, L. *A ciência da psicanálise: metodologia e princípios*. São Paulo: Edições 70, 2023.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

FEDERICI, S. *Federici: sobre o feminismo e os comuns*. Trad. Inês Castilho. São Paulo: Elefante, 2018. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

FEDERICI, S. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem psicanálise. In: FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 123-133. (Trabalho original publicado em 1912)

FREUD, S. O interesse científico da psicanálise. In: FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 13, p. 169-192. (Trabalho original publicado em 1913)

FREUD, S. Recordar, repetir, elaborar. *In: FREUD, S. Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 161-171. (Trabalho original publicado em 1914)

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes. *In: FREUD, S. Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14, p. 117-144. (Trabalho original publicado em 1915)

FREUD, S. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. *In: FREUD, S. Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 17, p. 171-181. (Trabalho original publicado em 1919)

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. *In: FREUD, S. Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 13-113. (Trabalho original publicado em 1921)

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. *In: FREUD, S. Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 4. (Trabalho original publicado em 1900)

GABARRON-GARCIA, F. *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu, 2023.

GAGEIRO, A.M.; TAVARES, E.E.; ALMEIDA, R.M.C.; TOROSSIAN, S.D. Era uma vez... Cata-ventos. Escuta psicanalítica de crianças e adolescentes em território de vulnerabilidade social. *Revista de psicanálise da SPPA*, v. 26, n. 3, p. 455-472, 2019. Disponível em: <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/465/484>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GAGO, V. *Potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GARZA, A. *O propósito do poder: vidas negras e movimentos sociais no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

GEBRIM, A. O transtraumático e o inconsciente colonial: reflexões sobre a branquitude do analista. *In: DAVID, E.C.; ASSUAR, G. A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 101-116.

GHEROVICI, P. Psicanálise do povo e para o povo. *In: GUERRA, A.; HOOK, D.; LIMA, R.G. Ubuntu: psicanálise e herança colonial*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GUERRA, A.M.C. *Sujeito suposto suspeito: a transferência psicanalítica no Sul Global*. São Paulo: n-1 edições, 2022.

GUERRA, A. Cripta: o inconsciente colonizado. *In: GUERRA, A.; HOOK, D.; LIMA, R.G. Ubuntu: psicanálise e herança colonial*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

GURSKI, R.; PERRONE, C. “Constelação”: sonhos, psicanálise e política em tempos de pandemia. *In: DUNKER, C. et al. Sonhos confinados: o que sonham os brasileiros em tempos de pandemia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 109-130.

hooks, b. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019a.

hooks, b. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019b.

hooks, b. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

JORGE, A. *Feminismos favelados: uma experiência no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

KENDALL, M. *Feminismo na periferia: comentários das mulheres que o movimento feminismo esqueceu*. Santo André-SP: Rua do Sabão, 2022.

KILOMBA, G. *O racismo está sempre se adaptando ao contemporâneo*. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KORETZKY, C. *O despertar: dormir, sonhar, acordar talvez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

LACAN, J. *O Seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Inédito.

LACAN, J. *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. (Trabalho original publicado em 1956-1957)

LACAN, J. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Trabalho original publicado em 1953).

LACAN, J. *A ciência e a verdade. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Trabalho original publicado em 1966).

LACAN, J. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Trabalho original publicado em 1959-1960)

LORDE, A. *Não existe hierarquia de opressão*. 1983. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/?gclid=Cj0KCQjwgLOiBhC7ARIsAIeetVDDTNiTU3Vw-6fnKnvCocLDaHVi_vvoEYuxxe3-Jm_V4B7acqeYmyAaAsCVEALw_wcB. Acesso em: 6 dez. 2023.

LORDE, A. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MACÉ, M. *Nossas cabanas: lugares de luta, ideias para a vida em comum*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

MATTOS, M. S. *O inconsciente nas passagens de Walter Benjamin*. São Paulo: Benjamin Editorial, 2022.

MBEMBE, A. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

- MARTINS, A. O poder e o corpo por trás do texto: metodologia na psicanálise política. *Revista Clínica e Cultura*, v. 8, n. 1, p. 51-63, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/clic/v8n1/06.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- MOREIRA, J.O.; OLIVEIRA, N.A.; COSTA, E.A. Psicanálise e pesquisa científica: o pesquisador na posição de analisante. *Tempo psicanalítico*, v. 50, n. 1, p. 119-142, 2018.
- NOGUEIRA, I.B. Cor e inconsciente. In: KON, N.M.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 121-126.
- NOGUEIRA, I.B. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021a.
- NOGUEIRA, I.B. Do olhar do outro à sublimação de se constituir negro. In: DAVID, E.C.; ASSUAR, G. *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2021b. p. 46-56.
- NUNES, N.R.A.; VEILLETTE, A-M. Mulheres de favela e o (outro) feminismo popular. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3bYdp8tnKKy6D7FXbY8PCpm/?lang=pt> . Acesso em: 18 jan. 2024.
- OURY, J. *O coletivo*. Trad. Antoine Ménard. São Paulo: Hucitec, 2019.
- PARKER, I.; PAVÓN-CUELLAR, D. *Psicanálise e revolução: psicologia crítica para movimentos de libertação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- RODRIGUES, C. Problemas de gênero na e para a democracia. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 1, p. 30-34, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100013>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- ROSA, M.D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Rev. Assoc. Psicanalítica*, n. 41-42, p. 29-40, 2012. Disponível em: <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- ROSA, M.D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, 2016.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/13360-Texto%20do%20Artigo-52708-1-10-20090902.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- SARR, F. *Afrotopia*. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em 8 ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SCHUCMAN, L.V. Por que queremos olhos azuis? 04 jan.2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-IywB3dEA>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, M.L. *Aquilombamento nas margens*. 1 ago.2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=piAMDrpMj-4&t=3617s>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SOUZA, N.S. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

ZAMBRANO, M. *El sueños y el tiempo*. Madrid: Ediciones Siruela, 1998.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL (TCI) -
(MODELO)**

Termo de Consentimento Institucional (TCI)

Título da pesquisa: A função política do ato de sonhar em um Coletivo de mulheres da periferia.

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar os sonhos e a construção de um projeto de vida em comum entre as mulheres participantes do Coletivo Preta Velha.

Justificativa: Considerando o alto nível de violência vivenciado por mulheres em seu cotidiano, é importante investigar de que maneira criam estratégias de enfrentamento, com a criação de sonhos e políticas de vida voltadas para o futuro.

Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa: atendimentos individuais de mulheres que frequentam o Coletivo Preta Velha, com duração de aproximadamente 50 minutos cada atendimento. As informações obtidas nos atendimentos têm caráter confidencial.

Possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa: Se tratando de pesquisa com humanos o estudo prevê riscos mínimos, na medida em que nenhuma pesquisa pode garantir a inexistência de riscos. Mesmo que os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o risco que pode resultar da presença da pesquisadora no Coletivo é o aparecimento do desconforto que o participante poderá sentir na presença da pesquisadora, ou em algum atendimento. Neste caso, será privilegiada a vontade do mesmo em falar ou não, e ainda, em querer continuar participando ou não da pesquisa.

Benefícios esperados da participação: Ao autorizar esta pesquisa no Coletivo Preta Velha, a instituição não terá nenhum benefício diretamente mensurável; entretanto, o espaço para a escuta com profissional da Psicologia é potencialmente transformador do sofrimento psíquico, podendo contribuir de maneira individual e coletiva para a saúde mental de todas as mulheres que aceitarem ser participantes do estudo.

Custos: A instituição não terá nenhum tipo de despesa por aceitar participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano: as pesquisadoras estarão atentas aos efeitos dos atendimentos nos participantes, de maneira a identificarem possíveis situações que devem ser encaminhadas para acompanhamento e assistência. Segundo a Resolução 466/12 e a Resolução Nº 510/2016 do CNS, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. No entanto, considerando que a única intervenção é atendimento psicológico por psicólogo habilitado, não é previsto como provável a ocorrência de danos imediatos ou posteriores, uma vez que há intervenção mínima.

Forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa: Em caso de participante querer falar sobre algum desconforto ou situação adversa durante a realização da pesquisa, poderá escolher entre o encaminhamento para acompanhamento individual do desconforto com a pesquisadora assistente ou com a pesquisadora responsável. Em ambas as opções, será garantido um espaço de fala e escuta, previamente agendados e pela quantidade de vezes que for necessária, que poderá ocorrer de forma presencial em um dos espaços do Coletivo ou de forma remota via Google Meet. Vale lembrar que o consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012).

Garantias a que o participante da pesquisa tem direito: Garantia de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa.

Local e ao tempo de armazenamento dos dados coletados: a pesquisadora responsável e pesquisadora assistente garantem a manutenção dos dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa; garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Em caso de dúvidas: entrar em contato com as pesquisadoras ou com o Comitê de Ética, conforme a seguir: **Pesquisadora Responsável:** Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Perrone (E-mail: claudia.perrone@ufsm.br); **Pesquisadora Assistente:** Mestranda Juliana Martins Costa Rancich. Telefone: (51) 992693897 e E-mail: julianamartinscosta@gmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698).

Assinatura: A decisão de assinar e concordar em com a participação da instituição na pesquisa é do Responsável pela instituição e o registro do aceite se dá pela assinatura deste consentimento. Esse Termo possui 2 vias e devem ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo Responsável pela instituição, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s).

Conforme a Resolução Nº 510/2016, o “processo de consentimento e de assentimento é o processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento”, e por isso a qualquer momento a Instituição pode rever sua decisão em participar do estudo.

CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Estou suficientemente informado, ficando explícito para mim que a participação é voluntária e que o Coletivo Preta Velha pode retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto, aceito participar desta pesquisa.

Nome do(a) Responsável pela Instituição: _____

Assinatura do(a) Responsável pela Instituição: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Porto Alegre, ____ de _____ de 202_.

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -
(MODELO)**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: A função política do ato de sonhar em um Coletivo de mulheres da periferia.

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar os sonhos e a construção de um projeto de vida em comum entre as mulheres participantes do Coletivo Preta Velha.

Justificativa: Considerando o alto nível de violência vivenciado por mulheres em seu cotidiano, principalmente em territórios periféricos, é importante investigar de que maneira criam estratégias de enfrentamento, com a criação de sonhos e políticas de vida voltadas para o futuro.

Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa: atendimentos individuais de mulheres que frequentam o Coletivo Preta Velha, com duração de aproximadamente 50 minutos cada atendimento. As informações obtidas nos atendimentos têm caráter confidencial.

Possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa: Se tratando de pesquisa com humanos o estudo prevê riscos mínimos, na medida em que nenhuma pesquisa pode garantir a inexistência de riscos. Mesmo que os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o risco que pode resultar da presença da pesquisadora no Coletivo é o aparecimento do desconforto que você como participante poderá sentir na presença da pesquisadora, ou em algum atendimento. Neste caso, será privilegiada a sua vontade em falar ou não, em querer ser escutada ou não, e ainda em querer continuar participando ou não da pesquisa.

Benefícios esperados da participação: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício diretamente mensurável; entretanto, o espaço para a escuta com profissional da Psicologia é potencialmente transformador do sofrimento psíquico, podendo contribuir de maneira individual e coletiva para a saúde mental de todas as participantes.

Custos: Você não terá nenhum tipo de despesa por aceitar participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano: as pesquisadoras estarão atentas aos efeitos dos atendimentos nas participantes, de maneira a identificarem possíveis situações que devem ser encaminhadas para acompanhamento e assistência. Segundo a Resolução 466/12 e a Resolução Nº 510/2016 do CNS, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. No entanto, considerando que a única intervenção é atendimento psicológico por psicóloga habilitada, não é previsto como provável a ocorrência de danos imediatos ou posteriores, uma vez que há intervenção mínima.

Forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa: Em caso de você querer falar sobre algum desconforto ou situação adversa durante a realização da pesquisa você pode escolher entre seguintes opções: a) Encaminhamento para acompanhamento individual do desconforto com a pesquisadora assistente. Caso esta seja a opção escolhida, será garantido um espaço de fala e escuta, previamente agendados e pela quantidade de vezes que for necessária, que poderá ocorrer de forma presencial em um dos espaços do Coletivo ou de forma remota via Google Meet; b) Caso necessário encaminhamento para acompanhamento individual do desconforto com a pesquisadora responsável. Caso esta seja a opção escolhida será garantido um espaço de fala e escuta, previamente agendados e pela quantidade de vezes que for necessária, que poderá ocorrer de forma presencial em um dos espaços do Coletivo ou de forma remota via Google Meet. Vale lembrar que o consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012).

Garantias a que a participante da pesquisa tem direito: Garantia de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; garantia de manutenção do sigilo e da privacidade das participantes durante todas as fases da pesquisa.

Local e ao tempo de armazenamento dos dados coletados: a pesquisadora responsável e pesquisadora assistente garantem a manutenção dos dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;

garantia às participantes do acesso aos resultados da pesquisa; garantia de que a participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Em caso de dúvidas: entrar em contato com as pesquisadoras ou com o Comitê de Ética, conforme a seguir: **Pesquisadora Responsável:** Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Perrone (E-mail: claudia.perrone@ufsm.br); **Pesquisadora Assistente:** Mestranda Juliana Martins Costa Rancich. Telefone: (51) 992693897 e E-mail: julianamartinscosta@gmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698).

Assinatura: A decisão de assinar e concordar em participar da pesquisa é sua e o registro do aceite se dá pela assinatura deste consentimento. Esse Termo possui 2 vias e devem ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidada a participar da pesquisa, assim como pela pesquisadora responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha.

Conforme a Resolução Nº 510/2016, o “processo de consentimento e de assentimento é o processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento”, e por isso a qualquer momento você pode rever sua decisão em participar do estudo.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou suficientemente informada, ficando explícito para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetida, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto, aceito participar desta pesquisa.

Nome da participante: _____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da Pesquisadora responsável: _____

Porto Alegre, ____ de _____ de 2023.